

Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ/MF nº 58.138.058/0001-86

Relatório Anual da Administração

Senhores Acionistas, a Administração da Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apresentação dos acionistas o Relatório da Administração e os correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns for Balanços Patrimoniais, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, and Demonstração de Resultados Abrangentes. Includes sub-sections for Circulante, Não Circulante, and Patrimônio Líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: Fundada em 1966, a Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional é um Terminal Afundado dedicado a armazenagem e manuseio de cargas de Importação e Exportação. A localização do Terminal é estratégica, a apenas 500 metros da Margem Direita do Porto de Santos. Atualmente conta com uma área geral de 27.500m², sendo 4.000m² cobertos que oferecem estrutura para os mais diversos tipos de carga, inclusive produtos com anuência* Anvisa, Cetesb, Exército, Polícia Federal e Polícia Civil. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1306, conj. 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005, filiais em operação na cidade de Santos, estado de São Paulo, na Rua Senador Dantas, 206, Bairro Macuco, CEP 11015-210 e Rua Alexandre de Gusmão, 11, Bairro Valongo, CEP 11010-340.
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23/04/2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. 2.2. Base de apresentação: As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda esperada por créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. 2.3. Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.5. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. 2.6. Regime de escrituração contábil: As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no grupo não circulante.
3. Sumário das principais políticas contábeis: a) Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos valores prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estas demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. b) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. c) Contas a receber de clientes: As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adota a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. d) Imobilizado e intangível líquido: São registrados pelos custos de aquisição deduzido da depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e 11 e leva em consideração o tempo da vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. e) Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução do Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor

incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025): A Lei Complementar nº 224/2025, de 26/12/2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). Avaliação de impacto: A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 224/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31/12/2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 5 sobre PECLD de contas a receber, nº 7 tributos a recuperar, nº 11 vida útil do ativo imobilizado e nº 16 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para a Entidade do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente-e-CAC para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ação de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas tenham impacto das alterações trazidas pela LC 224/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos. A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeiram uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros totais.

Table with columns for Caixa e equivalentes de caixa, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for Bancos and Aplicações Financeiras (a).

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) que rende em média 101 a 102% do CDI. Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Table with columns for Clientes, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for Clientes and Clientes a Faturar (1).

A Cia, tem, substancialmente, receitas de serviços provenientes de operações de armazenagem e manuseio de cargas afundadas. A Cia registra receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios que levam em consideração a data de entrada do container no ano calendário de fechamento, multiplicando o ticket médio pelo prazo de permanência, considerando uma data corte de 31.12. Devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa e a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, o valor efetivamente realizado poderá resultar em valores diferentes dos estimados nas demonstrações contábeis. A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber de cliente por idade de vencimento:

Table with columns for Clientes, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for Clientes and Clientes a Faturar (1).

Vencer até 30 dias: 4.639, 5.845; Vencidos de 1 a 120 dias: 145, 44; Vencido acima de 120 dias: 168, 127; Total: 4.952, 6.016.

Table with columns for Estoques, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for Almoxarifado and Estoques.

Table with columns for Impostos a recuperar, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for IRPJ, CSLL, Outros, FUNDIF, INSS.

Os saldos são representados por créditos correspondentes a saldos negativos, e recolhimentos efetuados a maior, passíveis de serem utilizados na compensação de outros débitos.

Table with columns for Despesas antecipadas, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for Prêmio de seguro, Outros.

Table with columns for Partes relacionadas, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for FCA (Com. Ext. e Logística Ltda. (1)), Indeterminado.

(1) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas ligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. Honorários da Diretoria: Os Administradores são remunerados na forma de pró-labore, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos Administradores, incluindo gratificações e outros benefícios é apresentado na Rubrica "Remuneração da Administração".

Table with columns for Remuneração da Administração, showing values for 2025 and 2024.

Table with columns for Imobilizado, showing values for 2025 and 2024. Includes sub-sections for Taxas de depreciação, Terrenos, Beneficiárias em imóveis de terceiros, Máquinas e equipamentos (b), Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Instalações, Equipamentos de comunicação, Imobilizado em andamento (a).

(a) Em 2025, está em andamento a importação de uma empilhadeira. (b) Os equipamentos Guindaste SMV 4638 TC6H, Guindaste LiftLace 4532 TEC5 e Scanner Spectrum Carco encontram-se vinculados como garantia de operação de empréstimo contratado junto a instituição financeira Santander, em 08/10/2024.

Table with columns for Movimentação do custo do ativo imobilizado, showing values for 2024, Adições, Baixas, e 2025. Includes sub-sections for Terrenos, Beneficiárias em imóveis de terceiros, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Veículos, Instalações, Equipamentos de comunicação, Imobilizado em andamento.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026



Accesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou accesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Continuação Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional. 11.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado. 12. Intangível. 13. Empréstimos e financiamentos. 14. Fornecedores. 15. Obrigações tributárias e trabalhistas. 16. Provisão para demandas judiciais. 17. Contas a pagar. 18. Patrimônio líquido. 19. Receita operacional líquida. 20. Custos da prestação de serviços. 21. Despesas administrativas, comerciais e gerais. 22. Outras receitas e despesas operacionais. 23. Receitas e despesas financeiras. 24. IRPJ e CSLL. 25. Seguros. 26. Eventos subsequentes. 26.1 Importação de uma empilhadeira. 26.2 Venda de participação societária.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Encargos: Transações com partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23/04/2026.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade. A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/0-1

André Silva Moura Contador CRC 1 SP 300564/0-7